

Assembleia geral deve referendar ingresso de ação judicial

A ANFIP convoca os associados efetivos quites com seus deveres associativos para a Assembleia Geral Extraordinária, no dia 11 de setembro, das 9h às 18h, por meio de votação eletrônica, para autorizarem o ingresso de ação judicial coletiva a fim de restabelecer o pagamento dos adicionais por tempo de serviço (ATS –anuênios, quinquênios e demais vantagens semelhantes) que deixaram de ser percebidos por ocasião da implementação do regime de subsídio, em 2004.

Com o retorno da remuneração por vencimento básico, promovido pela Lei nº 13.464/2017, a Entidade buscará na Justiça, observada a prescrição quinquenal, os direitos dos associados ativos, aposentados e pensionistas que fazem jus às parcelas.

O link para votação estará disponível na página restrita da ANFIP e será encaminhado aos associados via SMS e pelo e-mail cadastrado na Associação. Confira [aqui](#) o Edital de Convocação.

Faça parte da história de sua Associação; participe da XXIX CNO



A XXIX Convenção Nacional Ordinária (CNO) está se aproximando. De 22 a 24 de setembro, Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil terão Brasília como ponto de encontro. Será durante este período que conselheiros, convencionais e associados, juntos, estabelecerão as diretrizes para a próxima gestão, debaterão mudanças no estatuto social e que serão apresentadas as candidaturas aos Conselhos Executivo e Fiscal para o mandato 2024/25.

Venha fazer parte desta história! Acesse [aqui](#) o hotsite, inscreva-se e participe. Confira ainda a programação completa,

que contará com a presença do secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público, José Celso Cardoso Júnior; do presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos Higino Ribeiro de Alencar; do diretor da Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex), Marco Aurelio Alves da Cruz; e da antropóloga e colunista da Folha de S.Paulo, Mirian Goldenberg. Prestígie o grande evento político bienal da sua ANFIP!

**ANFIP debate condições de trabalho
das equipes da RFB**
PÁGINA 2

**Frente do Serviço Público atua
contra reforma administrativa**
PÁGINA 3

**Mesa Coordenadora do CR planeja
atividades**
PÁGINA 5

ANFIP debate condições de trabalho das equipes de pesquisa e investigação da RFB



O presidente Vilson Romero e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, receberam, no dia 6 de setembro, o Auditor Fiscal Sérgio Luiz Messias de Lima, coordenador-geral de Pesquisa e Investigação (Copei) da Receita Federal do Brasil (RFB). O encontro ocorreu na sede da Associação, em Brasília.

Na ocasião, foram abordadas as atividades das equipes de inteligência fiscal e suas demandas em termos de carência de recursos humanos e logísticos. Os dirigentes se colocaram à disposição para atuar em parceria com a coordenação e propiciar condições de melhor integração entre os associados

que estão lotados na atividade.

Copei - No âmbito da RFB, a Coordenação Geral de Pesquisa e Investigação é o órgão responsável pelas atividades de Inteligência Fiscal, tendo como principais atribuições:

- a análise, produção e difusão de conhecimentos de inteligência fiscal para assessorar o processo decisório, em subsídio ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento das atividades próprias da RFB; e

- o desenvolvimento de investigações em cooperação técnica com outros órgãos (Polícia Federal, Ministério Público Federal e Poder Judiciário, por exemplo), especialmente no combate

a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ao terrorismo e seu financiamento, ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, às fraudes à execução fiscal, e a outros ilícitos praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional.

Hoje, a Copei, com pouco mais de 100 Auditores no quadro, tem ainda por atribuição a representação da RFB em órgãos e iniciativas de Estado relacionadas às atividades de inteligência e de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, tais como a Estratégia Brasileira de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra a lavagem de dinheiro (Rede-LAB), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp) e Sistema de Inteligência Fiscal (SIF).

Com informações da Receita Federal do Brasil.

ANFIP apoia reivindicações de servidores da segurança institucional do MPU

O agente de segurança institucional do Ministério Público da União (MPU), Laércio Bernardes do Reis, coordenador-geral da Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional do MPU e CNMP (Agempu) apresentou à ANFIP, em reunião no dia 6 de setembro, uma série de reivindicações às quais solicitou apoio institucional e político.

O dirigente foi recebido pelo presidente Vilson Romero e pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, que analisaram os diversos pleitos dos mais de 1.100 servidores públicos que integram a categoria que faz a segurança e o trabalho de inteligência nos Ministérios Públicos do Trabalho (MPT), Federal (MPF), do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) e Militar (MPM).

A consolidação da presença na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), a regulamentação da negociação coletiva, a fixação da data-base e a defesa das



prerrogativas dos ocupantes dos cargos foram alguns dos assuntos debatidos no encontro.

Os conselheiros presentes manifestaram apoio às pautas da categoria, mas também declararam a preocupação dos Auditores Fiscais com as restrições previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024 e com o novo conjunto de regras fiscais trazidas pela Lei Complementar 200, de 30 de agosto de 2023.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Editoração eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

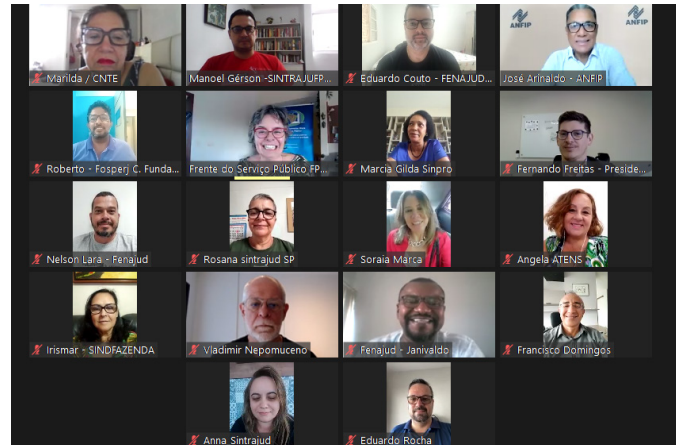
Frente do Serviço Público atua contra retomada da reforma administrativa

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público discutiu, no dia 4 de setembro, a negociação salarial dos servidores e a atuação contra a retomada da tramitação da reforma administrativa (PEC 32/20), sob a coordenação do vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira.

Na análise de Vladimir Nepomuceno, consultor da Frente, é imprescindível elaborar estratégias unificadas contra a reforma administrativa, que pode voltar a tramitar após pressão de segmentos sociais como agronegócio, empresariado e sistema financeiro, que argumentam como ação necessária para reduzir despesas da União. “O [deputado] Arthur Lira (PP/AL) já ligou o trator e se o governo não negociar ele vai passar por cima, porque tem maioria na Câmara para isso”, alertou.

Entre os diversos danos trazidos pela matéria, o consultor destaca a possibilidade de demissão por avaliação de desempenho e congelamento de promoções, além de prejuízo à população que necessita de serviços públicos. A Frente já iniciou a elaboração de um documento para contrapor o [manifesto](#) entregue à Lira, presidente da Câmara dos Deputados, por frentes parlamentares que declararam apoio à PEC 32/20.

Acerca da recomposição salarial do próximo ano, Nepomuceno informou que no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias não tem reajuste linear para todos, porém, existe



a possibilidade de recomposição para algumas carreiras e, caso o governo atinja a meta fiscal de déficit zero em 2024, poderá ampliar o limite para negociação.

Os dirigentes seguem atuando em busca de uma proposta justa para recompor as perdas inflacionárias nos salários dos servidores. Será realizada reunião presencial no dia 12 de setembro, na Câmara dos Deputados, com a participação de parlamentares para alinhar o discurso e estabelecer dinâmicas de mobilização da categoria em prol das pautas.

Consultor analisa recursos para folha de salários no PLOA 2024

O consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos, sócio da Diálogo Institucional e parceiro da Consillium Soluções Institucionais e Governamentais, elaborou nota técnica com análise preliminar acerca do aumento da despesa com pessoal da

União para o próximo ano, constante do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024.

O governo prevê uma despesa com pessoal e encargos da União no total de R\$ 381,4 bilhões, um acréscimo de R\$ 19 bilhões, ou 5%

de aumento nominal, em relação ao autorizado para o ano de 2023, que ficou em R\$ 362 bilhões. Para o Poder Executivo, a dotação para despesas de pessoal e encargos é de R\$ 297,6 bilhões em 2024.

Confira [aqui](#) a íntegra do documento.

ANFIP participa de ato em defesa da Receita Federal no RJ

O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Ferreira, participou de mobilização na entrada do prédio do Ministério da Fazenda, no Centro do Rio de Janeiro, no dia 4 de setembro, com demais Auditores Fiscais do estado. O objetivo foi reivindicar do governo federal o cumprimento da destinação de recursos para recomposição salarial dos Auditores Fiscais e dos servidores em geral.

O ato contou com a presença de representantes da Delegacia Sindical do Sindifisco Nacional do Rio de Janeiro (DS/Rio) e dos Comandos de Mobilização (Nacional, Regional da 7ª RF e local). As entidades participantes destacaram, por meio de faixas, a necessidade do trabalho fiscal de excelência para que o governo realize projetos e alcance as



metas de arrecadação.

Em seguida, os dirigentes se reuniram com o superintendente da 7ª Região Fiscal, Auditor Fiscal Claudiney Cubeiro dos Santos, e com os adjuntos Débora Baptista e Ronaldo Salles, em busca de apoio institucional à mobilização da categoria.

Conforme destacou o vice-presidente da ANFIP, o apoio dos superintendentes regionais e delegados

da RFB é importante para avançar nessa reivindicação. “É uma causa que a gente vem lutando desde 2017. Passamos por muitos momentos no Congresso Nacional e no Tribunal de Contas da União. Avançamos e chegamos até aqui. Esse momento agora é muito importante e queremos contar com esse apoio”, disse José Arinaldo, se dirigindo ao superintendente Claudiney Santos.

Com informações da DS/Rio.

ANFIP integra seminário sobre Lei de Improbidade Administrativa



O evento contou com a presença de deputados, juízes, Auditores Fiscais, advogados e procuradores. Os palestrantes debateram assuntos como sindicância investigativa e patrimonial, aplicação e últimas atualizações da LIA, PAD e seus efeitos na saúde mental do processado, entre outros.

Também participaram pela ANFIP-SP, a vice-presidente Luci Marta de Souza e a conselheira fiscal, Assunta Di Dea Bergamasco.

Promovido pelas DS/São Paulo e DS/Santos, com apoio da ANFIP, o seminário teve transmissão ao vivo pelo YouTube. Assista [aqui](#).

Os vice-presidentes de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, e de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, participaram do seminário “Lei de Improbidade Administrativa (LIA), inovações e repercussões”, nos dias 4 e 5 setembro, em São Paulo.

Interessados em requerer pagamentos de exercícios anteriores devem enviar declaração ao Decipex

Aposentados e pensionistas atendidos pela Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex) interessados em requerer pagamento referente a exercícios anteriores devem se atentar às regras para o recebimento dos recursos.

Para o correto andamento desse tipo de processo, além dos demais documentos exigidos pela legislação, é necessário enviar a declaração de que não ajuizou e não ajuizará ação judicial pleiteando a mesma vantagem. O documento deve ser preenchido, datado, assinado e enviado, preferencialmente, por meio de Protocolo Digital, sinalizando, se possível, o número do respectivo processo. Clique [aqui](#) para acessar a declaração.

Pagamento de Exercícios Anteriores é o crédito de vantagens pecuniárias reconhecidas administrativamente de ofício, a pedido do servidor ou por determinação judicial, não pago no exercício de competência, observada a prescrição quinquenal.

Geram direito ao pagamento de exercícios anteriores benefícios de pensão concedidos, revisão de valores de benefícios de aposentadoria e pensão, gratificações de desempenho, rubricas de folha de pagamento revisadas, bem como qualquer outro direito que implique em pagamentos não pagos ou cujo direito foi adquirido em exercícios financeiros anteriores ao corrente ano.

Números – Atualmente, 2.209 processos estão sem andamento na Decipex do Ministério da Gestão (MGI) por falta da Declaração de Não Ajuizamento de Ação Judicial. Em 2023, mais de 2 mil processos já foram devidamente tratados, ou foram pagos, ou aguardam liberação orçamentária pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), conforme o caso. Outros 1.800 processos estão sendo analisados e devem ser devidamente finalizados ainda este ano.

Saiba mais sobre pagamento de exercícios anteriores - Conforme disposto no Ofício-circular nº 44, de 21 de outubro de 1996, os pagamentos efetuados a título de exercícios anteriores não sofrerão nenhum tipo de correção.

Os valores superiores a R\$ 5 mil reais dependem da existência de recursos orçamentários, para o qual não há previsão no momento.

Os processos atrasados, reconhecidos, autorizados e homologados pelos gestores de Recursos Humanos não prescrevem nem entram em precatório. Os mesmos ficam armazenados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) aguardando disponibilidade orçamentária para pagamento.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com a Central de Relacionamento Decipex pelo 0800 978 9004.

Fonte: Portal do servidor

MCCE divulga nota em repúdio à alteração do período de inelegibilidade eleitoral

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual a ANFIP faz parte, divulgou no dia 6 de setembro nota pública em repúdio à tentativa de alteração do período de inelegibilidade previsto em lei, proposta constante da minirreforma eleitoral em

debate na Câmara dos Deputados.

O grupo de trabalho que discute o tema quer apreciar o relatório final do deputado Rubens Pereira Jr. (PT/MA) para que a matéria seja deliberada posteriormente pelo Plenário. Confira [aqui](#) a nota na íntegra.

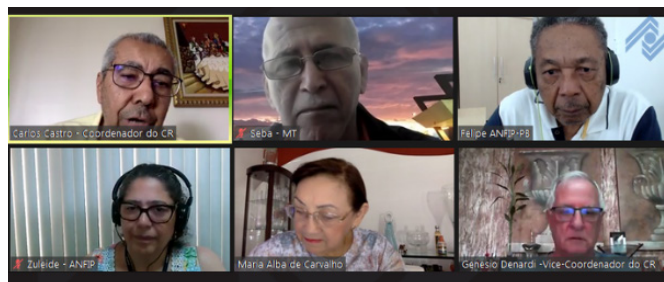


Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes planeja atividades

Os integrantes da Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes (CR) se reuniram, no dia 4 de setembro, para dar continuidade às atividades preparatórias da XXIX Convenção Nacional Ordinária (CNO) da ANFIP, que será realizada de 22 a 24 de setembro, em Brasília.

Carlos José de Castro, coordenador da Mesa, conduziu os trabalhos e apresentou as questões estatutárias que são de responsabilidade do colegiado, além de propor um calendário das próximas reuniões.

Além do coordenador, participaram da videoconferência o vice-coordenador, Genésio Denardi; e os demais membros



Maria Alba de Carvalho, Benedito Seba e Severino Felipe; e bem como a colaboradora Zuleide Miranda.

AÇÃO FISCAL

Receita Federal participa de investigação contra lavagem de dinheiro em Pernambuco

A Receita Federal, a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal deflagraram, no dia 5 de setembro, a 2ª fase da Operação Dilúvio, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa suspeita de praticar crimes de fraude em licitação, peculato, corrupção, agiotagem, lavagem de dinheiro e possível sonegação fiscal.

A Receita Federal está produzindo relatórios apontando inconsistências econômico-financeiras e patrimoniais dos investigados, bem como verificando a propriedade de bens móveis e imóveis registrados em nome dos investigados e de interpostas pessoas, “laranjas” ou “testas de ferro”.

De acordo com as apurações, a prefeitura de um município da mata sul pernambucana, no início de sua gestão em 2021, contratou uma oficina, sediada em Jaboatão dos Guararapes, para prestação de serviços de manutenção mecânica e elétrica, além de aquisição de peças e acessórios para veículos da frota municipal, sendo empenhados em seu favor mais de R\$ 1 milhão naquele ano.

Ainda de acordo com as apurações, inicialmente, a oficina foi contratada por meio de dispensa de licitação, recebendo

cerca de R\$ 250 mil. Ressalta-se o fato que os pagamentos somente foram realizados após o mês de abril/2021, quando já havia entrado em vigor a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), aumentando o limite de valor para dispensa de licitação de serviços de manutenção em veículos automotores para R\$ 100 mil.

A mesma oficina foi a vencedora de pregão eletrônico, também em 2021, promovido pela prefeitura em questão, com possível fraude ao caráter competitivo, uma vez que a empresa fora a única licitante a participar, a despeito da existência de dezenas de fornecedores desse tipo de serviço, bem como não teria havido o detalhamento nem as especificações necessárias dos produtos e serviços a serem fornecidos/prestados.

Há também indícios de emissão de notas fiscais fraudulentas no que tange aos serviços prestados, possivelmente, superfaturados.

Foram cumpridos, no estado de Pernambuco, 1 mandado de prisão preventiva e 7 mandados de busca e apreensão, com a participação de 4 Auditores Fiscais da Receita Federal, 40 policiais federais e 4 integrantes da CGU.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAIS

II Encontro Estadual da ANFIP-SC promove integração entre os associados



O II Encontro Estadual dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Santa Catarina, realizado de 1 a 3 de setembro, em Balneário Camboriú (SC), proporcionou aos participantes momentos de confraternização e reencontro entre amigos, colegas de carreira e familiares.

Foram realizadas palestras com assuntos de interesse dos associados, como a Reforma Tributária e ações judiciais da ANFIP nacional e da ANFIP-SC. O evento foi abrilhantado por duas palestras motivacionais com integração entre os participantes.

Na ocasião, também foi possível explorar atrativos e belezas naturais da cidade.

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Amigos Chevrolet: Confira a tabela de descontos em setembro

Neste mês, as ofertas do Programa Amigos Chevrolet estão imperdíveis! São modelos para todos os gostos e ofertas exclusivas para você garantir o seu 0km.

E tem mais! Os descontos, válidos até 3 de outubro de 2023, também podem ser utilizados por parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuge). Aproveite!

MODELO	BÔNUS VIGENTE
ONIX MY23 E MY24	R\$ 1.500,00
ONIX PLUS MY23 E MY24	R\$ 1.500,00
CRUZE SEDAN & SPORT6 MY23	R\$ 4.500,00
SPIN (EXCETO R7Z) MY23 E MY24	R\$ 2.100,00
S10 MY22, MY23 E MY24	R\$ 4.500,00

MODELO	BÔNUS VIGENTE
TRAILBLAZER MY22, MY23 E MY24	R\$ 4.500,00
NOVO TRACKER MY23 E MY24	R\$ 2.100,00
CAMARO MY23	R\$ 4.500,00
EQUINOX MY22 E MY23	R\$ 4.500,00
NOVA MONTANA MY23 E MY24	R\$ 2.100,00

Cuide da sua saúde mental com os descontos do ANFIP Tem+ Vantagens

 Prospera Saúde 15% de desconto*	 Terapia de Bolso Até 55% de desconto*	 zenklub Valor Especial na primeira consulta*	 CLÍNICA origami Até 50% de desconto*	 e-Brígida 20% de desconto*	 CLÍNICA HUMANIZE 10% de desconto*
--	--	---	---	---	--

Cuidar da saúde mental é tão importante quanto cuidar da saúde física, pois ambas são fundamentais para garantir qualidade de vida. Aproveite agora os descontos do ANFIP Tem+

Vantagens e agende já sua consulta na clínica parceira de sua preferência.

Estão disponíveis descontos de até 50% na Prospera Saúde, Terapia de Bolso, Zenklub, Clínica Origami,

e-Brígida e Clínica Humanize.

Além de atendimento com especialistas em saúde mental, algumas clínicas oferecem várias outras especialidades. Acesse anfip.temvantagens.com.br e confira!

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300

